

Lula e a romaria das empresas

Agro, aéreas falidas, setor de eventos e turismo, siderúrgicas etc. pedem ajudas variadas

Vinicius Torres Freire

Analista, foi secretário de Relações da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

O ano da política política vai começar quente para Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Haddad. Haverá turbanha logo de cara porque o Congresso reclama cargos atrelados, porque quer rever emendas que Lula vetou, porque está vivo, na medida provisória que derrubou decisões parlamentares reteradas, porque a banca religiosa não quer que quem nam com suas prebendas etc. O ano da política empresarial havia começado doce, ao menos para indústrias que esperam receber créditos e empréstimos. Mas ficou logo azedo para

o governo, esculachado por recuar a política industrial de Lula e Dilma — não foi bem isso, mas “imagem é tudo”. O ano vai ficar mais difícil porque empresas e setores formam fila no Planalto e na Fazenda a fim de pedir socorros variados. Quem pede?

Fazendeiros de grãos, o pessoal do leite. O agro que quer mais subsídio para o seguro rural. “Fazendeiros do ar”, as companhias aéreas, algumas quase falidas, que pedem subsídio grosso na veia das asas. A lista não acaba. Há o caso das siderúrgicas, que re-

clamam da avalanche de importações de aço, da China em especial. Há as empresas que perdem benefícios fiscais com a desativação do Fesv, daqui a dois anos. Esse “Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos” foi criado em 2021, na epidemia, quando tais negócios foram arrasados (embora não seja mais assim). Era para durar dois anos. O Congresso prorrogou. Pelo menos 35 entidades do setor criticam Haddad e o fim do programa, decidido via medida provisória no fim de 2023. Mais na sardinha, tem a indústria naval, que pode con-

seguir um crédito oficial extra. Agricultores reclamam de perdas com “eventos climáticos” (secas, calores e chuvas massivos), da queda do preço das commodities, de custo alto de produção, de dívidas. Querem crédito subsidiado para capital de giro, adiantamento de débitos com financiamentos da safra 2023/24 etc. O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, tem dito que virá ajuda do governo. A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil mandou nesta semana um lista de pedidos para o Planalto.

Desde o ano passado, o agro também pede mais subsídios para o seguro rural. Com acidentados climáticos recorrentes, fica claro que o planejamento de riscos de plantio e de seguros é precário, para dizer o menos. Apenas dar subsídios, se é o caso, não resolve, porém. Houve de fato maré de importações de aço da Ásia em 2023. As siderúrgicas dizem

que podem parar parte da produção. Desde o ano passado, querem imposto maior sobre aço importado.

O pessoal das indústrias consumidoras de aço retruca que a tarifa extra vai encarecer o produto deles. Que as siderúrgicas reclamam de barigücha cheia. O pessoal do leite também se queixa de importações, diz que um benefício fiscal para empresas compradoras de leite nacional, aprovado em 2023, vai chegar tarde.

Alguns desses lobbies têm bancadas no Congresso, como o agro. Outros não têm tanta força, mas podem arregimentar parlamentares bastantes para criar mais problema político para Lula e Haddad. O governo, porém, tem alguma culpa no cartório dos lobbies. Não raro, um ministro ou similar sai por aí a dizer que é preciso socorrer ou apoiar a empresa ou setor. Pois então, vinicius.torres@folha.com.br

Sánchez e Scholz defendem UE e Mercosul e se opõem a Macron

Líderes da Espanha e da Alemanha elogiaram acordo enquanto tratores tomavam o centro da capital belga

Ivan Finotti

MADRI O primeiro-ministro da Espanha, Pedro Sánchez, e o da Alemanha, Olaf Scholz, falaram a favor do acordo de livre-comércio entre a União Europeia e o Mercosul, nesta quinta-feira (1), em Bruxelas. Logo após a França ter declarado diversas vezes, nos últimos dias, ser contra o acordo, em meio a protestos de seus agricultores, que bloquearam Paris desde a segunda-feira (31).

“Para a Espanha, o Mercosul é importante na relação econômica e geopolítica que devemos ter com um continente tão importante”, disse Sánchez em Bruxelas.

Scholz, por sua vez, declarou-se “um grande fã” de acordos de livre-comércio, incluindo o possível tratado com o Mercosul, que inclui Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

“Sou um grande fã de acordos de livre-comércio e também do Mercosul”, disse o primeiro alemão em entrevista coletiva em Bruxelas, tomando posição diametralmente oposta à do presidente da França, Emmanuel Macron, que afirmou que o acordo entre UE e Mercosul não deve seguir adiante.

Macron comemorou que o acordo “não foi fechado às pressas” e garantiu que a França se opõe a este pacto com o bloco sul-americano na sua forma atual. “No estado atual dos textos do Mercosul, a França se opõe e se oporá a esse acordo de livre-comércio com a região do Mercosul”, disse ele. “Pedimos simplesmente que as regras ambientais e sanitárias que impomos aos nossos agricultores e a outras profissões sejam as mesmas”, afirmou.

Tudo isso aconteceu em meio à invasão de Bruxelas por cerca de 1.300 tratores, que bloquearam o trânsito na função de administração da União Europeia.

Eles protestaram contra os esforços da UE para combater as alterações climáticas, que trazem uma série de regulações que limitam as práticas de agricultura, assim como não facilitar a importação de produtos mais baratos — o

que inclui tanto o acordo com o Mercosul quanto os produtos ucranianos para ajudar no esforço de guerra de Kiev. Os manifestantes jogaram pedras e ovos no Parlamento Europeu, além de acenderem foguetes, lançaram fogos de artifício, despejaram estercó e derrubaram uma estátua. No final da tarde, anunciaram que recuaram a intenção de bloquear as entradas e saídas da cidade.

Na terça-feira (31), a Comissão Europeia havia dito que continuava a buscar uma solução para o acordo, um dia depois de o primeiro-ministro francês, Gabriel Attal, ter dito que entendia que a União Europeia havia encerrado as negociações.

“As discussões continuam e a União Europeia continua a cumprir a meta de alcançar um acordo que respeite os objetivos de sustentabilidade e respeite as nossas sensibilidades”, disse um porta-voz da comissão.

Segundo a agência de notícias Reuters, as negociações foram retomadas na semana passada e devem seguir pelos próximos meses apesar da resistência da França.

Os dois blocos econômicos reabriram no ano passado discussões sobre os termos do acordo, cuja negociação havia sido concluída em 2019, durante o governo Jair Bolsonaro (PL). Desde então, com forte oposição europeia à falta de política ambiental e de direitos humanos da então gestão presidencial, as tratativas foram interrompidas.

Certo, após a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), havia expectativa de que o documento começasse a andar dentro da estrutura de decisão europeia, mas oposições de ambos os lados complicaram as coisas.

Nos últimos anos, a União Europeia passou a exigir mais compromissos laterais que impõe sanções ao Mercosul no caso de descumprimento de regras ambientais, mas as contrapartes latino-americanas se opõem aos termos desse acordo.

Com Reuters



Agricultores queimam pneus em manifestação próxima ao Parlamento Europeu, em Bruxelas

Agricultores em fúria iniciam desmobilização após anúncio de medidas pelo governo francês

MADRI Os sindicatos de agricultores na França anunciaram a suspensão dos blocos no país após anúncio de uma série de medidas pelo primeiro-ministro, Gabriel Attal, na tarde desta quinta-feira (1), em uma conferência para a imprensa em Paris.

A lista anunciada por Attal, que incluiu de agricultores, novo rescaldo ao Mercosul e pacotes de apoio fiscal, foi considerada um “progresso concreto” pela FNSEA (Federação Nacional dos Sindicatos dos Agricultores), maior sindicato agrícola da França, e pelos jovens agricultores (JA).

“Juntas, as duas entidades lideram os chamados ‘agricultores em fúria’ e foram as grandes organizadoras das mobilizações que tomaram a França há duas semanas, incluindo um cerco a Paris desde a última segunda (31). Segundo o presidente da FNSEA, Arnaud Rousseau, “os agricultores dos pontos de bloqueio devem agora regressar às suas fazendas com toda a segurança”. Durante a semana, os blocos se estenderam à Bélgica, Alemanha e Espanha.

No anúncio, o primeiro-ministro reiterou sua oposição ao tratado com o Mercosul. “Não há dúvida de que a França não aceitará este tratado. Isso está claro”, afirmou, ci-

tando a “concorrência desleal” como razão. Também falou da criação de uma agência para defender os interesses dos agricultores franceses frente à importação de produtos “fraudados”.

Os dois blocos econômicos reabriram no ano passado uma discussão sobre o acordo, cuja negociação havia sido concluída em 2019, no governo Bolsonaro. Desde então, com forte oposição europeia à falta de política ambiental e de direitos humanos da então gestão presidencial, as tratativas foram interrompidas.

Certo, após a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), havia expectativa de que o documento começasse a andar dentro da estrutura de decisão europeia, mas oposições de ambos os lados complicaram as coisas.

Nos últimos anos, a União Europeia passou a exigir mais compromissos laterais que impõe sanções ao Mercosul no caso de descumprimento de regras ambientais, mas as contrapartes latino-americanas se opõem aos termos desse acordo.

No anúncio, o primeiro-ministro reiterou sua oposição ao tratado com o Mercosul. “Não há dúvida de que a França não aceitará este tratado. Isso está claro”, afirmou, ci-

tando a “concorrência desleal” como razão. Também falou da criação de uma agência para defender os interesses dos agricultores franceses frente à importação de produtos “fraudados”.

Os dois blocos econômicos reabriram no ano passado uma discussão sobre o acordo, cuja negociação havia sido concluída em 2019, no governo Bolsonaro. Desde então, com forte oposição europeia à falta de política ambiental e de direitos humanos da então gestão presidencial, as tratativas foram interrompidas.

Certo, após a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), havia expectativa de que o documento começasse a andar dentro da estrutura de decisão europeia, mas oposições de ambos os lados complicaram as coisas.

Nos últimos anos, a União Europeia passou a exigir mais compromissos laterais que impõe sanções ao Mercosul no caso de descumprimento de regras ambientais, mas as contrapartes latino-americanas se opõem aos termos desse acordo.

No anúncio, o primeiro-ministro reiterou sua oposição ao tratado com o Mercosul. “Não há dúvida de que a França não aceitará este tratado. Isso está claro”, afirmou, ci-

tando a “concorrência desleal” como razão. Também falou da criação de uma agência para defender os interesses dos agricultores franceses frente à importação de produtos “fraudados”.

Os dois blocos econômicos reabriram no ano passado uma discussão sobre o acordo, cuja negociação havia sido concluída em 2019, no governo Bolsonaro. Desde então, com forte oposição europeia à falta de política ambiental e de direitos humanos da então gestão presidencial, as tratativas foram interrompidas.

Certo, após a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), havia expectativa de que o documento começasse a andar dentro da estrutura de decisão europeia, mas oposições de ambos os lados complicaram as coisas.

Nos últimos anos, a União Europeia passou a exigir mais compromissos laterais que impõe sanções ao Mercosul no caso de descumprimento de regras ambientais, mas as contrapartes latino-americanas se opõem aos termos desse acordo.

de, nomeadamente a fraude sanitária, e, portanto, contra a importação de produtos que não respeitam as nossas regras a nível europeu e francês, as mesmas regras a que estão sujeitos os nossos agricultores”, afirmou Attal.

Talvez o ponto mais polémico anunciado seja a pausa do plano Ecophyto, que visa reduzir o uso de agrotóxicos no país. A rigor, o plano acumula mais de 15 anos de fracassos, uma vez que foi aventado ainda em 2008, quando se determinou que, até 2020, o uso de pesticidas deveria ser reduzido pela metade.

Como pouco se havia avançado até 2015, o governo então lançou o Ecophyto 2, adiando o prazo para 2025. Três anos depois, mais um atraso: o Ecophyto 2+ assumia a redução pela metade até 2025.

Agora, Attal transforma o plano no Ecophyto 2020, no qual mantém a data estabelecida, mas, em vez de calcular a redução de 50% em cima da igualdade de pesticida utilizada entre 2009-2011, passa a usar a média de 2015-2017 como base.

Attal também falou sobre impedir a importação para França de frutas e vegetais tratados com o pesticida tiacloprido, produto que já não pode ser usado nas plantações da Europa. IF

“Vamos propor a criação de uma força de controle europeia para lutar [...] contra a importação de produtos que não respeitam as nossas regras a nível europeu e francês”

Gabriel Attal, primeiro-ministro da França